



Mauricio **RAPOSO***

*. Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-Minas, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou entre 2002 e 2016 na rede socioassistencial de atendimento a pessoas de rua na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. e-mail: mauraposo@hotmail.com

Regina de Paula **MEDEIROS***

*. Doutora em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Rovira i Virgili – Tarragona – Espanha. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Programa de Pós-Graduação e Ciências Sociais. e-mail: repameca@pucminas.br

PRESENTADO: 27.11.22

ACEPTADO: 25.01.23

REFLEXÕES A PARTIR DE UMA NARRATIVA DE EXPERIÊNCIA DE VIDA NAS RUAS: RUPTURAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE.

79

Resumo

Neste artigo problematizamos a relação entre experiência de vida e a condição de “pessoa de rua”. Para tanto, analisamos a narrativa de Daniel, sua experiência de vida na rua e em casa. Discutimos que a alternância do modo de vida aconteceu à medida que o interlocutor construiu uma identidade como parte do “povo da rua”. Foi a resignificação da situação estigmatizante que motivou o engajamento subjetivo que a condição de “pessoa de rua” proporcionou a formação do agente político e deu sentido ao projeto de vida de Daniel. Constata-se que a experiência no mundo da rua exerce papel relevante, proporcionando tanto as condições materiais quanto uma estrutura de plausibilidade (BERGER & LUKMANN, 1985) que sustentam ao modo de vida.

Palavras-chave Experiência de vida; pessoa de rua; política pública.

Summary

In this article, we problematize the relationship between life experience and the condition of “street people”. To do so, we analyzed the narrative of the life experience of a person, a former homeless person. We observed that the way of life changed as the interlocutor built a positive identity as part of the “street people”. It was in the reframing of the stigmatizing situation into a motivator of subjective engagement that the condition of “street person” provided the formation of the political agent and gave meaning to the life project. It appears that the experience of the social assistance network plays a relevant role, providing both the material conditions and a plausibility structure (BERGER & LUKMANN, 1985) that support the way of life.

Key words: Life experience; homeless; public policy.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de uma pesquisa de doutoramento em que experiências de vida nas ruas são trazidas à tona e analisadas como formas de compreensão do “mundo da rua”. Chamamos “mundo da rua” um conjunto de representações, valores, ações, instituições e relações que delineiam um modo de vida específico do meio urbano, cujo agente central é o “povo da rua”, ou “pessoa de rua”. Fazem parte do mundo da rua os preconceitos, estigmas, imagens midiáticas e expressões artísticas direcionados a, ou que tem como referência, as pessoas de rua; também os inúmeros voluntários que se engajam em ações de solidariedade difusa e organizada, que incluem desde o ato pontual e contingente de dar esmolas, passando por grupos de voluntários que oferecem itens de necessidade básica de sobrevivência, como alimentação, até ações sistemáticas da sociedade civil organizada (ONG’s). Do mundo da rua fazem parte, ainda, as várias instituições governamentais e não-governamentais, articuladas como política pública voltadas a esse grupo específico de pessoas, como abrigos, albergues, centros de defesa e promoção de direitos, entre outros. Essas instituições se entrecruzam na inserção de normas capazes de permitir a convivência, cooperação, interações e conflitos, em um campo complexo subsidiado por argumentos morais, que justificam as intervenções de controle. Por fim, no centro do “mundo da rua” encontram-se as pessoas que fazem da rua local de moradia, permanente ou temporária, e contexto socioespacial, predominante ou exclusivo, da sociabilidade cotidiana.

Chamamos de “mundo da rua”, pois, todo um complexo de relações e instituições que se entrecruzam na configuração de uma sociabilidade que pode assumir a forma de um campo de possibilidades¹ (VELHO, 2013b [1994]) ou de uma estrutura de plausibilidade² (BERGER & LUKMANN, 1985) específicos, atinentes ao povo da rua. Inclui o aparato político-institucional, como equipamentos públicos e entidades de assistência não governamentais; a solidariedade difusa; os locais espacializados³ (CERTEAU, 2014) pelo povo da rua. São relações socioespaciais, a um só tempo, conteúdo e continente das experiências de vida nas ruas. Não se confunde com a ideia de comunidade, está mais próximo das redes sociais complexas nas quais nem todo mundo precisa se conhecer para interagir.

O mundo da rua é uma configuração fluida e em permanente mutação definida a partir dos sujeitos que o vivem. Por isso, na pesquisa que ensejou este artigo, perscrutamos pela experiência de vida nas ruas. A experiência é o “objeto” da pesquisa, na medida em que é a partir dela que se estruturam narrativas de vida em que passado, presente e futuro se articulam construindo uma direção, um sentido, na vida dos interlocutores que participaram da pesquisa.

A *experiência* é objeto da antropologia desde a formulação de Victor Turner (1982), inspirado na noção de *Erlebnis* (ou experiência vivida, em alemão) do filósofo Wilhelm Dilthey. Turner divide a experiência em cinco momentos: a percepção (sensação), a memória, as emoções, o sentido, a expressão (performance). Os momentos se in-

1. Gilberto Velho (2013b [1994]) entende por “campo de possibilidade” a dimensão sociocultural que atua como espaço para formulação e implementação de projetos de vida. “Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades”.

2. “Estrutura de plausibilidade” compreende a base específica de legitimação e conservação de uma realidade compartilhada. Ela se efetiva através de “outros significativos” e de práticas ratificadoras (conversas, rituais, rotinas, etc.) de uma visão de mundo, de um modo de vida, de valores e práticas.

3. Neste artigo adotamos a distinção entre lugar e espaço proposta por Michel De Certeau (2014: 184): “Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...]. Aí impera a lei do próprio: os elementos considerados se acham uns ao lado do outro, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

Existe o espaço sempre que tomam em conta os vetores de direção, quantidade de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidades polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais”.

tegram dando vida à experiência enquanto uma realidade antropológica.

A experiência que interessa a este artigo é aquela que se dá como *vida nas ruas*. Um modo de vida específico na multidão que resiste a totalizações (AGIER, 2011), que se desenvolve na vida urbana e dá forma e se forma na cidade, onde prevalece a heterogeneidade, a diferenciação e as desigualdades sociais. A *vida nas ruas* se cria como espacialização por/de ações táticas a partir de regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias⁴ (CERTÉAU, 2014) que dinamizam e resistem à sociopsicologia definida como atitude blasé e prosaica (SIMMEL, 1973 [1903]) do habitante da metrópole.

Narrar as experiências de vida nas ruas significa reorganizar fragmentos de memória, histórias desconexas e aparentemente sem sentido a partir de um metacódigo universal (WHITE, 1981) dando nome e relacionando fatos e acontecimentos gerando sentido à vida. Diria Benjamim (1985) que é fazer como o viajante que volta de longa jornada por terras longínquas e relata suas aventuras ou como o camponês que narra as mais profundas tradições passadas de geração em geração. O primeiro narra o espaço, o segundo, o tempo. O colaborador que apresento a seguir é um narrador do tempo e do espaço da vida nas ruas.

Ao adotar a experiência de vida nas ruas como objeto e perspectiva analítica, nos vemos impelidos a problematizar alguns termos frequentemente usados nos estudos sobre o povo da rua.

A terminologia sobre o fenômeno apresentado neste artigo varia consideravelmente na literatura especializada e de divulgação. Nas publicações governamentais, leis e normas oficiais⁵ o termo mais comum é “população em situação de rua” ou

“pessoa em situação de rua”. O primeiro enfatiza aspectos demográficos de um grupo de pessoas. Geralmente, está em estudos populacionais como censos e pesquisas quantitativas amostrais. Mas está presente na legislação e regulamentos que tratam do tema. Por isso são adotados em estudos acadêmicos com frequência. O termo “pessoa em situação de rua” é, normalmente, usado para se referir a um membro da “população em situação de rua”. Em ambos, o termo “situação” denota um estado transitório, irregular, anômalo, passageiro e, portanto, superável, curável, sanável. É um termo em que se inscreve uma “configuração moral” (TAYLOR, 1997) cuja ênfase recai sobre a negatividade do “modo de vida nas ruas”. A “situação de rua” rotula o indivíduo como aquele que carrega a marca da inferioridade, da falta, da incompletude: sem-teto, sem higiene, sem trabalho, sem escolaridade. As “pessoas em situação de rua” estão, por definição, numa posição de inutilidade para a sociedade. Somente fora da “situação de rua” estariam credenciados como membros da coletividade sã.

Dizer que as pessoas estão “em situação de rua” é colocá-las em um “não-lugar”, ou em um lugar ao qual elas não podem pertencer. Na visão do Estado, a rua tem dono, tem forma legítima de uso e o poder público está pronto para agir caso o “modo certo” de ocupação da rua seja desafiado.

A recusa em usar o termo “pessoa em situação de rua” se inspira, ademais, na reflexão que Viveiro de Castro faz a respeito da antropologia indígena:

Com efeito, entre a natureza (americana) e a história (europeia), desaparece a sociedade (índigena). Atirados de um lado para o outro pela necessidade natural e pelas necessidades do capital, os povos indígenas são vistos como registros contingentes de reali-

4. Fazemos referência à distinção de Michel De Certeau (2014, p. 45) entre ações estratégicas e ações táticas: “Chamo de ‘estratégia’ o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ele postula um lugar capaz de ser circunscrito como próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de exterioridade distinta. [A tática se refere a] um cálculo que não pode contar com o próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. [...] O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para transformar em ‘ocasiões’. Se cessar, o fraco deve tirar partido das forças que lhe são estranhas”.

5. Destacadamente, no Brasil, a partir da institucionalização da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) que foi instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.

dades mais eminentes. O capitalismo ou o Estado colonial disputam assim com a ordem natural o papel sobrenatural de Grande Objetivador. Longe de estarem situados no Brasil, os índios, segundo ambas essas concepções, são situados pelo Brasil: ora pelo Brasil ecológico, ora pelo Brasil político. (Quando, mais tarde, o ecológico se tornou uma manifestação privilegiada do político, as coisas se complicaram para os dois lados) (VIVEIROS DE CASTRO, 1999, 134).

Logo à frente completa:

Contra semelhante entendimento, a antropologia indígena contemporânea usa a noção de situação no mesmo sentido em que a biologia fenomenológica toma o par organismo/ambiente. Uma situação é uma ação; ela é um situar. O 'situado' não é definido pela 'situação' - ele a define, definindo o que conta como situação (VIVEIROS DE CASTRO, 1999, 135).

82

Similar ao problema enfrentado pela antropologia indígena, o que observamos no termo "situação de rua" é uma tentativa de situar o povo da rua, contra uma necessidade de deixar que as pessoas que passam pela experiência de vida nas ruas digam "o que conta como situação".

Outro termo usado com frequência é "morador de rua". Muitos que experimentam a vida nas ruas se dizem "moradores de rua". É uma categoria nativa, apropriada pelas pessoas para se identificar, principalmente, nos equipamentos e ações da assistência social e da "solidariedade difusa"⁶. É comum, quando uma pessoa é instada a dizer onde mora, responder que "mora na rua". Mas essa categoria não engloba todos que experimentam a vida nas ruas. Em pesquisa recente, desenvolvida nas ruas centrais de Belo Horizonte, ob-

servamos que muitas pessoas que fazem uso dos equipamentos públicos voltados ao atendimento das "pessoas em situação de rua" resistem ao enquadramento como "morador de rua". Por esse motivo, esse termo só será utilizado quando o interlocutor se identificar como "morador de rua".

Neste artigo utilizamos o termo "povo da rua". Com ele queremos denotar todos aqueles que dizem experimentar a vida nas ruas, seja atualmente, recentemente ou em tempos mais distantes. Povo da rua, alternativamente, "pessoa de rua", são as que passaram por uma experiência de vida nas ruas. Não se confunde com as que estão na rua com frequência como modo de aferir renda, mas sempre voltam para uma moradia ou núcleo familiar distinto da sociabilidade que estabelece na rua. Trabalhadores da rua, como taxista, vendedores ambulantes, lavadores e guardadores de carros, profissionais do sexo, não são, necessariamente, povo da rua. O povo da rua dorme reiteradamente nas ruas ou em abrigos e albergues. Tem ou teve, não raro, os vínculos familiares desfeitos, fragilizados, redefinidos, como causa e/ou consequência da experiência de vida nas ruas.

Devo ressaltar que "povo da rua" não é sinônimo de "população de rua"⁷. Este último termo acentua o aspecto demográfico, administrativo e institucional. Populações são contadas, controladas, medidas, enfim, são definidas pelo biopoder⁸, são "situadas", diria Viveiros de Castro. Povo se refere a coletividades definidas por critérios identitários e políticos: povo brasileiro, povo argentino, ou latino-americano, povo negro, povos indígenas. Portanto, a escolha do termo povo da rua tem a finalidade de destacar o aspecto político contra uma ênfase administrativa inerente ao termo "população de rua". É como ato político que uma pessoa situa a rua e situa-se na rua. Dessa forma, acreditamos nos mantermos coerentes com os princípios epistemológicos e políticos implíci-

6. Chamo de "solidariedade difusa" toda ação de auxílio ao povo da rua não vinculada ou articulada com a ação estatal. São ações de iniciativa individual ou de coletividades instáveis, geralmente, formadas por voluntários. Incluem desde uma doação de esmola até ações de distribuição de sopa e cobertores em épocas específicas.

7. "O povo é aquele que se comporta em relação a essa gestão da população, no próprio nível da população, como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo que é a população, como se se pusesse fora dela, e, por conseguinte, é ele que, como povo que se recusa a ser população, vai desajustar o sistema" (FOUCAULT, 2008, 57)

8. Foucault (2008, p. 3) entende por biopoder "o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder".

tos numa perspectiva analítica que toma a experiência vivida (*Erlebnis*) como objeto de pesquisa. O objetivo deste artigo é apresentar analiticamente a narrativa da experiência de vida nas ruas proferida por Daniel⁹. A partir dessa narrativa refletiremos sobre as seguintes questões: a experiência de viver nas ruas é um motivador para a construção de novas formas de vida fora do contexto da rua? Sair da condição de viver nas ruas e suas implicações é decorrente de um processo construído na experiência subjetiva? Quais as rupturas, os eventos, as crises, as transformações experimentadas foram capazes de redefinir rumos, de ensejar alterações (BERGER & LUCKMANN, 1985) dos modos de vida?

Para a pesquisa realizada, em meu trabalho de campo, conheci Daniel que se tornou um importante interlocutor, com quem pude compreender a experiência de uma trajetória na rua. Foi proposto a Daniel que narrasse as experiências da “entrada”, da “(in)adaptação” e da “saída” da rua. A “entrada”, a “(in)adaptação” e a “saída” são pensadas como marcadores da narratividade, ou seja, como momentos de conjunção/disjunção entre sujeitos e objetos da narrativa (FIORI, 2006), que, também, são pontos de inflexão criativa de construção e alteração (BERGER & LUKMANN, 1985) dos modos de vida.

O fundamento do uso de relatos biográficos como fonte de informações de narrativas etnográficas encontro nos trabalhos de Kofes (2015) e Gonçalves (2012). Os autores defendem a possibilidades de articular etnografia e biografia como narrativas de experiência. Gonçalves (2012) chega a definir um novo termo que sintetize suas ideias:

A noção de etnobiográfico problematiza, por assim dizer, o etnográfico e o biográfi-

co, as experiências individuais e as percepções culturais, refletindo sobre como é possível estruturar uma narrativa que dê conta desses dois aspectos na simultaneidade, ou seja, propõe, a um só momento, repensar a tensa relação entre subjetividade e objetividade, pessoa e cultura. (GONÇALVES, 2012, 20)

Mais à frente completa:

A narrativa sobre si incide, sobretudo, na noção de pessoa construída culturalmente: uma pessoa culturalmente constituída é ela mesma objeto, também, de modelos convencionalizados pela cultura de se ter acesso a estas narrativas sobre si que veiculam os acontecimentos a uma história sociocultural (Mauss, 2011). (GONÇALVES, 2012, 21)

A imagem que sintetiza o método pode ser construída com a ajuda do viajante de Benjamin (1985). Imagino que visitei alguém que chegou de uma longa viagem, depois de meses ou anos longe de casa. O viajante me narrou as aventuras, dificuldades e surpresas, contou as paisagens, as maravilhas, as coisas, pessoas, gostos, cheiros e sons exóticos. Mas também me mostrou os *souvenirs* espalhados pela casa. Depois desse longo preâmbulo, fomos juntos, eu e o viajante, aos lugares por onde ele passou: onde dormiu, comeu, se limpou, se divertiu, onde sentiu medo, frio, saudade, solidão etc.

A pesquisa, da qual este artigo faz parte, nasceu de questionamentos da prática no âmbito da política pública¹⁰ e é uma reflexão sobre a prática. Interessa, portanto, àqueles que pensam a formulação, execução e aprimoramento das políticas sociais voltadas aos grupos marginalizados,

9. Em observância aos princípios éticos da pesquisa científica, omitimos o nome real dos interlocutores. Daniel é, portanto, um nome fictício.

10. Um dos autores deste artigo atuou de 2002 a 2016 na política assistência social em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, Brasil. Primeiramente, como educador e técnico social entre agosto de 2002 e abril de 2005, em abrigo que acolhia adolescentes mulheres de 12 à 18 anos de idade. Entre agosto de 2006 e dezembro de 2008, trabalhou em programa socioeducativo desenvolvido pela ONG Associação Municipal de Assistência Social (AMAS), em parceria com a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS), cujo público-alvo eram adolescentes de 16 à 18 anos em situação de vulnerabilidade social, eventualmente, algum dos adolescentes atendidos, tinha experiência de vida nas ruas. De agosto de 2009 à janeiro de 2016, trabalhou como técnico social no Serviço de Abordagem Social, em unidades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), serviços que integra o SUAS, atendendo pessoas de rua. Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social.

especificamente, ao povo da rua. Nesse sentido, contribui para o aprimoramento técnico da intervenção social, por conseguinte, para o refinamento de uma ciência social aplicada.

DANIEL: DE MENINO RICO À POVO DE RUA

Conhecemos Daniel por intermediação de um psicólogo e membro do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte. O primeiro contato com Daniel ocorreu no dia 22 de maio de 2022, através de aplicativo de mensagens. Daniel não retornou imediatamente. Disse-nos, algumas horas depois, que estava em uma audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte, em uma reunião que discutia a manutenção do auxílio emergencial municipal¹¹ às “pessoas em situação de rua”. No dia seguinte, conversamos por telefone: foram apenas apresentações iniciais e a marcação de um encontro na casa de Daniel, dois dias depois, uma quinta-feira, 10hs.

Em pouco minutos de encontro, nos apresentou uma estrutura narrativa completa: um passado e um futuro, a partir de um presente. Esse primeiro contato foi o suficiente para Daniel apresentar suas credenciais: um “homem da política”. Não concluímos simplesmente pela justificativa para a recusa do primeiro dia de contato: a participação na Câmara Municipal. Daniel foi explícito ao telefone: “Deixa eu fazer uma apresentação rápida: sou do Movimento Nacional de Pessoas de Rua, membro do Conselho Municipal¹² de Assistência Social, onde sou membro da Comissão de Política de Assistência, membro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, participo de Fórum do Povo

da Rua, da Pastoral de Rua, sou membro do Comitê...”. Foi tanta informação que não conseguimos anotar enquanto segurava o telefone. Em seguida emendou:

-Eu não tenho uma trajetória como a maioria das pessoas. Eu sou de família de classe média. Meu pai era dono de uma das maiores empresas de Minas Gerais. Conservadora Mundial...conhece? Eram quase cinco mil empregados. Minha mãe morreu em 1992. Meu pai tinha histórico de bebida. Eu não fiquei na rua direto, não. Eu nunca fiquei nela. Eu era tipo ir e vir. No começo não conhecia nenhuma política pública, nada. Não conhecia albergue, pastoral, não tinha restaurante popular, eu era sozinho.

Antes que tivéssemos qualquer impressão, com essa apresentação sintética, Daniel se adiantou em definir o personagem que entraria em cena em nossos encontros.

Na quinta-feira, quando descemos do ônibus e entramos na Rua Aguiar, onde fica o local marcado para o encontro, avistamos um rapaz branco, de jaqueta e calça jeans, conversando com uma senhora no meio do quarteirão. Ele se dirigiu a nós e se apresentou como Daniel. De olhos claros, fala articulada e fluente, gestos contidos e seguros. Sem rodeios, sem esperar que disséssemos motivo da conversa, começou a repetir a apresentação que fizera no dia anterior, no contato telefônico.

Conversamos no passeio em frente à “vila do Chaves”¹³, onde Daniel mora. Foram mais de duas horas de uma conversa densa. Ele começou relatando a história da família: o pai que fazia uso

11. O Programa Auxílio Belo Horizonte, criado pela Lei Municipal 11.314/21, tem como objetivo apoiar famílias, por meio da concessão de subsídios financeiros de caráter provisório como medida de enfrentamento às consequências sociais e econômicas da pandemia da covid-19.

12. A atuação política de Daniel se dá no Município de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, Brasil, onde se concentra a pesquisa em que se baseia este artigo.

13. Vila do Chaves é como alguns moradores se referem ao local onde Rafael reside, em referência ao seriado mexicano que fez sucesso no Brasil cujo protagonista era um menino de rua, que morava em um barril, em um dos pátios da vila, que é o cenário em que se desenvolvem os episódios. Rafael mora em um lote particular onde o proprietário construiu cerca de 50 kitnets, onde residem, na sua maioria, pessoas beneficiárias do “aluguel social”. Um benefício pecuniário de R\$500,00 recebido por pessoas desalojadas de suas moradias por risco geológico ou por “pessoas em situação” selecionadas pela política de assistência social.

abusivo de álcool, a mãe zelosa e dedicada a cuidar do lar, a morte da mãe em decorrência de um câncer, a depressão do pai, a imaturidade dele e do irmão para assumir as empresas da família e a perda dos bens para arcar com dívidas e a falência das empresas do pai. Também contou sobre o início do consumo de maconha, cocaína e crack; a entrada paulatina e intermitente na rua: primeiramente, o convívio em cenas de uso de crack, depois, a permanência ininterrupta na rua e, finalmente, o uso dos equipamentos públicos e a adesão aos encaminhamentos da rede de assistência ao povo da rua, destacadamente, o engajamento na causa do povo da rua através da Pastoral de Rua da Igreja Católica. Falou com carinho da filha e da neta que estava prestes a nascer. Foram experiências de deterioração dos vínculos familiares e comunitários, de amores, medos, descobertas, dúvidas, receios. Fala com orgulho da abstinência e da militância política. E narra com detalhes suas andanças pelas ruas da cidade.

Dos percursos pela cidade de Belo Horizonte, onde se desenrolam as experiências narradas, chamou-nos à atenção a pracinha em que “conheceu o morador de rua” que lhe “apresentou a política”. A pracinha e o “morador de rua” aparecem depois de anos perambulando sem moradia fixa. Se Daniel diz que começou a ir para rua com 17 anos, depois, com 24 anos, foi despejado do imóvel em que vivia, por que só conheceu a pracinha e o “morador de rua” anos mais tarde, quando já tinha quase 30 anos? Essa aparente imprecisão temporal se revelaria crucial na compreensão da construção subjetiva de Daniela partir de sua relação com elementos do mundo da rua, principalmente a rede socioassistencial.

Para avançarmos na análise, nos deteremos em alguns detalhes da narrativa de Daniel. Primeiramente, a “entrada” na rua. Daniel relata três momentos distintos: aos 17 anos, quando começou a usar drogas, mas ainda morava com a família; aos 24 anos, quando foi despejado do imóvel da família, ficou sozinho e passou a permanecer na rua; e aos 29 anos, quando conhece o “morador de rua” e se reconhece como “pessoas de rua”. Nas palavras de Daniel¹⁴:

Mas é igual eu te falei, né, Maurício, eu vim de uma família de classe média alta, e meu pai tinha um histórico de bebida, e depois que eu nasci, ele pegou e parou de beber por causa da minha mãe, e aí ele montou essa empresa que eu tinha comentado com você, a conservadora, e igual te falei, ela era a segunda maior de Minas Gerais, tinha quase cinco mil funcionários. Ela prestava serviço para o grupo Votorantim, lá de Três Marias, Vazante e Paracatu. Ele (o pai) pegou a área do refeitório toda da Companhia Mineira de Metais. A empresa estava bem, só que, aí, quando foi em 92 (1992), a minha mãe teve um câncer. Quer dizer, ela teve um câncer antes, um câncer de mama. Ela tirou uma das mamas, né. Mas depois de certo tempo o câncer voltou e virou um tumor, deu metástase, ela fez 25 cirurgias, só que aí... como virou metástase começou a afetar outros órgãos também, ela ficou parálitica ela perdeu um lado... sofreu muito... sabe? E aí ela veio a óbito. E aí meu pai pegou e entrou em depressão e voltou a beber. E aí só que meu pai tinha outra empresa também que era a conservadora Classic, uma ficava no bairro da Graça, ali perto do Concórdia, Jacuí com Cristiano Machado, e a outra ficava no Renascença, perto do Cachoeirinha. Aí, ele pegou e passou empresa para o meu irmão. Era eu e meu irmão, só dois irmãos só. Aí, meu irmão era muito novo na época, então, por falta de administração essa empresa pegou e faliu. E, aí, que meu pai entrou mais em depressão ainda e... bebeu até morrer. Deu cirrose, enfisema pulmonar, ele era diabético, e deu câncer no intestino também. Aí, eu peguei e cuidei dele, tal, ele veio a óbito. Nisso eu distanciei do meu irmão. E, aí, o que que acontece... eu morava numa casa onde que funcionava essa outra empresa, lá no Renascença. E aí... (uma pausa maior renunciou um incômodo no relato. Daniel desviou o olhar, como se procurasse um ponto de ancoragem) certo tempo, eu estava morando lá, um oficial de justiça chegou e falou que eu tinha que desocupar o imóvel, que eu tinha 30 dias para desocupar o imóvel,

14. Nas transcrições são inseridos parênteses com notas contextualizadoras para melhor entendimento do leitor.

que ele ia ser leiloado por causa que a justiça do trabalho tinha embargado o móvel.

E foi isso... só que antes da... do meu pai morrer, meu pai pegou e distanciou da família da minha mãe e da família dele toda, então acabei me afastando também. E, aí, eu fiquei completamente sem rumo, sabe? o... Maurício. Foi aonde que eu me deparei com a realidade que eu tinha te falado (a vida nas ruas) que eu só conhecia de ir e vir, né? Porque, quando minha mãe era viva, eu fui criado igual aqueles meninos de apartamento: nunca saí, não ficava... não brincava na rua; minha mãe era muito aquela mãe conservadora, então era muito... dentro de casa mesmo, sabe? E, aí, depois que meu pai faleceu, que essa empresa faliu, que o oficial de justiça pediu imóvel, eu peguei e fui morar na rua. Porque eu já não tinha referência de família, nenhuma. E, aí, quando eu fui para rua, o pior de tudo é porque eu não conhecia nada...

Eu tinha... 24 (quando aconteceu o despejo), meu pai morreu em... 2004, Mas eu já tinha uma filha, né, só que a minha filha foi morar com a mãe dela, lá em Portugal. E aí foi aonde que eu não conhecia política nenhuma nas ruas, então eu sofri muito, sabe? Aí, eu cheguei a passar fome, cheguei a passar frio...

Eu tive um problema com droga também, sabe, Maurício? Aí, eu tive problema com droga... tal. Não foi fácil, sabe? Aí, quando... eu saí dessa casa...

Eu comecei com 17 anos (a usar drogas). Aí eu comecei com maconha, comecei com cocaína, e depois conheci o crack... depois só Deus...

Esse excerto do relato de Daniel possui os elementos para compreensão das experiências que antecedem e, de certa forma, contribuem para a “entrada” na rua. Destacadamente: a experiência de degradação da saúde da mãe e da desregramento moral do pai, o isolamento da família am-

pliada, a bancarrota econômica da família, a imaturidade do irmão e dele para assumir responsabilidades nos momentos de dismantelamento do núcleo familiar e a convivência em cenas de uso e em consumo de drogas. As imagens evocadas na descrição do adoecimento da mãe e do definhamento do pai imprimem um tom dramático, que nos chamou, pesquisadores, à empatia. São pontos da descrição da dor que se repetem em outros momentos da narrativa, principalmente, ao falar das experiências liminares que ensejam alterações na trajetória de rua e de vida.

Um desses momentos de intensidade emocional ocorre na experiência de “quase morte” depois de ser atingido por tiros. Quando, após anos dormindo nas proximidades dos pontos de venda e consumo de drogas, se vê obrigado e deslocar-se pela cidade e descobre a espacialidade do “morador de rua”. Para contextualizarmos o leitor, cabe apresentarmos o período logo anterior à disjunção narrativa.

Quando eu fui para rua, né, eu tinha e manter o meu vício. Eu tinha que arrumar uma forma de conseguir sustentar o meu vício. Aí, foi aonde que...eu conheci o buraco quente (ponto de concentração de usuários de drogas, na comunidade da Pedreira Prado Lopes), lá na pedreira. E aí uma vez eu fui lá comprar droga e... aí minha droga acabou o dinheiro acabou eu acabei ficando lá dentro. Acabei ficando lá de “atividade”...

Nesse lugar é possível uma interação específica que envolve níveis distintos de violência física, simbólica e práticas ilícitas, englobadas como “atividade”. O Buraco Quente é de fato um espaço de segregação, de isolamento e marcador de imoralidade.

Segundo Daniel, sua “atividade” era vigiar o local para avisar em caso de presença da polícia. E completa: “Aí, eu fiquei nessa vida durante uns...10 anos”. Esses 10 anos são condensados na narrativa em alguns episódios de delírio que Daniel lembra com um misto de vergonha e humor: “Só na noia¹⁵. Ficava o dia inteiro, gritando “-Galo doido! Galo doido!¹⁶”.

15. Noia é um termo “nativo” usado para se referir a usuários de crack.

16. “Galo doido!” é uma expressão utilizada por torcedores do Clube Atlético Mineiro, sediado em Belo Horizonte, cujo mascote é um galo. Curiosamente, em um dos dias que encontrei com Daniel, ele usava uma camisa do Cruzeiro Esporte Clube, principal adversário da Atlético Mineiro.

Mas a grande parte do tempo é silenciado. Provavelmente porque trazê-lo à tona significa reviver experiências que não cabem mais no sentido e no projeto que imprimiu a sua vida a partir da narrativa que nos apresentou na pesquisa. Mesmo quando insistimos que falasse mais do período que morou perto dos pontos de venda e consumo de crack, logo Daniel se esquivava, já direcionando a narrativa para as experiências que proporcionaram a alternância entre o momento do “Buraco Quente”¹⁷ e o reconhecimento como povo da rua:

Maurício (pesquisador): Você já estava com quantos anos? Foi pouco tempo?

Daniel: Eu já estava com uns... 28... 30 anos.

Maurício (pesquisador): você ficou de 25 até 28 nessa “noia”?

Rafael: De 25 até uns...30. Eu fiquei na rua partir dos 24. Nesse período, até os 30, eu peguei e fiquei, praticamente, só lá no “buraco quente”. Foi quando eu saí do buraco conheci aquele rapaz, ele foi me explicando, falou ali tem um Centro de Referência da população de rua, dá para você ir, fazer uma oficina de teatro, ou de mosaico. E lá eles dão almoço, tem aonde você...

Como adiantamos, a grande experiência acontece quando sentiu medo da morte:

Aí, foi um dia que a polícia entrou lá dentro, tal, me deu um tiro na perna. Me deu um tiro na cabeça também, num corretor mais fino que esse aqui (aponta uma ruela que dá acesso ao local em que conversávamos), a bala passou voando, cara, ouviu o zunido da bala. Aí foi aonde que eu saí de lá, eu falei: - vou acabar morrendo aqui! Eu saí, aí foi aonde que eu peguei e fui... Você conhece a Regional Noroeste¹⁸? Lá em cima tem aquela praça, você enxerga a Contorno (Avenida) lá embaixo. Aí, foi aonde eu gostava muito de dormir ali, porque ali tinha uma pizzaria. E

a pizzaria era 24 horas então me sentia protegido ali. Mas teve um dia que eu estava deitado ali e aí...foi um dos dias que mais choveu em Belo Horizonte, eu estava tão cansado, usando muita droga, virado, então apaguei, cara. Aí, quando eu acordei, eu estava, daqui até lá naquele portão (Daniel aponta uma distância de 20 metros, aproximadamente), a água...a enxurrada tinha me levado. Eu acordei todo molhado, minhas coisas todas molhadas, e foi aonde que eu conheci um “morador de rua” e que foi... eu fui conversando com ele, pegou e me deu uma roupa limpa, me deu um cobertor, e foi me contando da política (política para pessoas em situação de rua), né. falou: -Ali tem o Centro de Referência, que dá para você ir lá, tomar um banho...

A experiência liminar inicia-se com o dia que a polícia havia decidido impor-se no local. A polícia, força de controle social, braço armado do Estado, agindo para garantir o que julga ser próprio do Estado, o espaço público, impondo-se, finalmente, como agente estratégico. Daniel diz que teve medo de morrer, simplesmente correu. Passou a dormir numa praça nas proximidades. Segundo ele, conheceu um morador de rua. Agora, depois de anos “na rua”, se reconheceu parte do povo da rua. A ação do Estado, na sua expressão policial, não o tirou, mas o pôs na rua. Foi na mais pura e evidente ação tática, como ação dos fracos, diria Certeau (2014), a fuga, o isolamento, que diz ter tido os primeiros contatos com o “morador de rua”.

O episódio do tiro, da invasão do “buraco quente” pela polícia, e a fuga e ocupação da praça nas proximidades são um exemplo embate entre ações táticas e estratégicas no espaço da cidade que vão dando forma e configurando a experiência de vida nas ruas dos interlocutores. Desse relato, também se desprende uma possibilidade analítica do que Daniel passa e enxerga como “mundo da rua”. Ao se identificar como povo da rua ele compartilha e se apropria dos espaços simbólicos.

17. “Buraco Quente” é como os “nativos” chamam o ponto de venda e consumo de drogas, próximo à Pedreira Prado Lopes, uma favela localizada perto da região central de Belo Horizonte.

18. Unidade administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte. O município é dividido em nove unidades administrativas.

Nos termos da Certeau (2014), Daniel começa a se identificar como “da rua” quando compartilha espacializações dos lugares definidas pelo povo da rua. A pracinha aparece como o símbolo de uma nova espacialidade definida pelo povo da rua, da qual Daniel passa a fazer parte.

Um tiro na perna, um zumbido de bala passando rente à cabeça, a força de uma chuva torrencial. São os elementos que lhe mostram o abismo do medo, a fragilidade do corpo, do corpo sozinho. São experiências que condensam um cotidiano e um modo de vida que se tornava insuportável. E o ponto em que se começa a configurar uma identidade como pessoa de rua.

Eu saí do buraco e conheci aquele rapaz, ele foi me explicando, falou ali tem um Centro de Referência da população de rua, dá para você ir, fazer uma oficina de teatro, ou de mosaico. E lá eles dão almoço, tem aonde você lavar roupa, guardar suas coisas, 5 horas fecha tudo e tem que sair. Mas tem um Albergue, aonde você pode pernoitar, jantar, tomar um banho, e foi me apresentando. Aí, foi aonde que eu conheci o Centro Referência. Passei a fazer teatro lá, nós ganhamos até o primeiro lugar no FIT - Festival internacional de Teatro - Aí, foi aonde que eu conheci a Pastoral de Rua, e aí eu costumo falar, sabe?, não é enchendo a bola da pastoral, mas foi o lugar onde que... Eu fui acolhido, não foi nem como um “caso”, (foi como) ser humano, foi me mostrando que eu era o protagonista da minha história, que só eu poderia mudar aquela situação, sabe, Maurício? E foi aonde que eu comecei a interagir nas reuniões. Tinha reuniões que ela dava um café, tal. Num primeiro momento a gente vai lá por causa do café... para poder conhecer... Aí, foi aonde que eu comecei a participar de reuniões de “moradia para todos”, reunião de redução de danos, reunião do movimento da população de rua. E fui me apropriando daquilo. Aí, eu peguei..., continuei na droga. Teve um belo dia eu peguei e esse meu amigo (mostra alguém que estava sentado

a uma distância do lugar em que conversávamos), ele foi inserido no Bolsa Moradia¹⁹, aí, eu fui morar com ele. Só que eu continuei usando droga. Aí, teve um dia, cara, que eu vendi tudo. Aí, eu ajoelhei no pé da cama, assim, porque eu tinha vendido tudo, estava com fome, não tinha nada para comer, e não estava conseguindo mal... aí eu falei: - Ou você tira isso de mim, ou você me tira dessa vida. Por que eu não suporto isso mais! Aí, foi aonde que tudo mudou, Maurício, tudo mudou. Aí foi aonde que eu peguei, com essa oração que a coisa mudou. Aí foi aonde que eu já estava bem, né, engajado nas políticas, e aí tinha uma... e isso foi em... outubro de 2014. Eu estava na associação Moradia para Todos, que é uma associação que acontece lá na Pastoral (de rua), na época tinha o Minha Casa e Minha Vida (programa governamental de moradia popular) e aí faltava um nome para poder mandar. A Pastoral mandar. Eles me ligaram falaram: - Daniel, posso mandar o seu nome então? Eu falei: - Pode, tal. Aí, que foi em outubro, cara, quanto foi dezembro, 2 meses depois, meu nome tinha sido sorteado. Foi rápido demais. Foi Deus, trabalhando já. Aí, eu peguei ganhei o apartamento, né, que eu pago a prestação, mas uma prestação mais razoável, né, porque tem um subsídio. Aí eu peguei e ganhei um apartamento lá no Jardim Vitória, aonde que eu tinha te falado. E, aí, na mesma semana, saiu um projeto, saiu uma Emenda Parlamentar e, aí, a Pastoral de Rua montou um projeto de geração de trabalho e renda para pessoa em situação de rua, tipo de economia solidária, chama: Empreendendo Vidas. E, aí, eu fui chamado para trabalhar e, aí, conciliou uma política, que a gente tanto cobra, né, essa “política casada”, né, porque eles fazem muita política isolada, então não dão o suporte. Aí, foi aonde que eu peguei comecei a trabalhar nesse projeto, né, nós formamos grupos de trabalho com população de rua, né, para poder quebrar mesmo essa hierarquia de patrão e funcionário aonde que todos produzem e trabalham e divide

19. Programa da Prefeitura de Belo Horizonte que destina um valor para custeio de aluguel para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

a renda igualitária para todos. Aí, foi aonde que eu comecei a trabalhar nesse projeto fiquei nesse projeto 8 anos... aí, as coisas tudo mudou, sabe Maurício?

A narrativa quase linear, que sugere uma elaboração discursiva sobre si mesmo reiterada e reafirmada constantemente, indica a confluência de elementos simbólicos e materiais que vão delineando uma estrutura de plausibilidade em que a mobilização política e a sociabilidade do povo da rua são os pontos de ancoragem. É no reconhecimento dos pares que Daniel encontra suporte para um modo de vida que não se desvincula da experiência da vida nas ruas. Foi como uma pessoa de rua que refez vínculos comunitários em se vê valorizado pelo que foi e pelo que é atualmente: um representante do povo da rua no espaço público político. Esses vínculos são assumidos, explicitamente, como fundamentais no projeto de vida de Daniel.

Eu falo que eu saí da rua mesmo foi em 2013 para 2014. Aí, eu larguei de vez o crack, cocaína, a maconha, e comecei a trabalhar no projeto, fui guardando um dinheiro... guardando um dinheiro, e, aí, eu consegui comprar aquele carro (aponta um veículo estacionado do outro lado da rua) aquele gol lá, aquele gol. Aí, eu comprei aquele Gol, guardando dinheiro mesmo e comprei o gol. Aí, eu entrei no Conselho de Assistência, e já era do movimento (Movimento Nacional do Povo da Rua) e já comecei a ficar visto (ficar “visto” assume um deslocamento significativo de reconhecimento), sabe, aí eu entrei no Movimento Nacional de População de Rua. Já fui em muito encontro: já fui em Brasília almoçar com o Lula (ex-presidente da república), com a Dilma (ex-presidenta da república). E, aí, eu peguei e comecei me empoderar mesmo, sabe? E aí virou uma “contaminação do bem” (contraponto à contaminação pela droga), sabe? Aí, acabou que ...o que, com o que eu passei, eu quis ajudar o próximo até com minha história de vida também, porque, como muita gente me conhecia e eu tive contato até quando eu estava na rua com essas pessoas, então, eu comecei a passar para eles: quando a gen-

te realmente quer uma mudança e acreditar nessa mudança que a mudança acontece, mas de braço cruzado ninguém consegue mudar nada, a gente também tem que fazer um “movimento”. Aí, eu comecei a trabalhar nesse projeto, aonde que eu aprendi muita coisa, sabe, Maurício? hoje, pra você ter uma ideia, hoje eu dou palestra sobre cooperativismo social sobre economia solidária sustentabilidade, sabe? Isso para mim foi muito muito bom, para mim poder sair realmente dessa situação, não só da rua, mas essa situação que eu vivia com a droga. Eu era muito acomodado. Não pensava de as coisas achava que nunca ia conseguir ter as coisas, sabe?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo apresentamos a narrativa de vida de Daniel. A intenção foi escutar diretamente quem viveu na rua. Encontrar quem viveu, e vive, experiências envoltas no turbilhão de representações, discursos e práticas que se duelam na construção dessa realidade social que chamamos de povo da rua. Saber como as políticas sócio assistenciais e de moradia aparecem na vida dessas pessoas. Como se antes de perguntarmos pelo índice pluviométrico, pelo volume das bacias fluviais, e comparássemos aos anos anteriores; avaliássemos a tempestade pela percepção da pessoa ainda encharcada, sentindo frio, que vê o rio espreitando sua porta. Essa pessoa não vai ter uma visão geral e generalizável, mas vai oferecer o refinamento das múltiplas singularidades irreduzíveis. Para Daniel, sair da condição de viver nas ruas foi uma experiência que implicou sentimentos, medos, engajamentos lícitos e ilícitos, violência física e simbólica entre outras mazelas impostas pela transgressão das normativas sociais. Quais as rupturas: Daniel rompeu com as drogas e com o desconhecimento das informações sobre os serviços/políticas públicos disponíveis ao cidadão de direito. Daniel não consumia drogas e, sim, era consumido por elas. Durante anos, elas foram foco único de sua vida, que o impedia de construir projetos. Era consumido por elas porque elas dissipavam o sofrimento provocado por uma vida marcada de perdas: dos pais, das fábricas, da casa.

A narrativa de Daniel nos fornece indícios para pensarmos a relação do povo da rua com as políticas públicas. Verificamos que a construção de uma identidade e de um reconhecimento como pessoa de rua se deu através do engajamento político e da disponibilidade de recursos simbólicos e materiais permanentes. Pouco tempo após a saída do “Buraco Quente”, Daniel é incluído na política de aluguel social e, em seguida, recebe um imóvel para morar. O suporte material da moradia foi elemento chave na sustentação do tratamento que o levou à redefinição da sua relação com a droga.

Nesse sentido, a casa, o lugar de referência, o endereço, o teto é que contribui para a noção de si, de conhecimento e reconhecimento, permite a normalização social, a noção das fronteiras sociais, nova interpretação da ordem, e negociação das regras e posições sociais de acordo com as ambiguidades vividas. A “casa”, em um sentido ampliado. Como uma realidade socioespacial.

Por outro lado, o reconhecimento social que advém da sua atuação política sustenta uma configuração moral que dá sentido às experiências vividas e ao projeto de vida. A experiência de vida nas ruas é uma realidade permanentemente reafirmada na memória da Daniel. Longe de ser uma “situação transitória”, a vida nas ruas o constitui

como sujeito político que se empenha na busca da dignidade social para o povo da rua.

A narrativa da experiência de Daniel mostra como a (in)adaptação e a saída da “situação de rua” se imbricam na construção do sujeito político, ativista social, que se propõem uma alternância do modo de vida e encontra um sistema de plausibilidade, que marcam verdadeiras rupturas na trajetória de vida. A força do sistema de plausibilidade se revela quando afirma que começou a “ficar visto”, passou a participar de reuniões com pessoas de destaque, e, por fim, conclui que a militância virou uma “contaminação do bem” em claro contraponto ao que chama de “contaminação pela droga”.

As experiências de Daniel nos permitem uma avaliação das formas de intervenção social na medida em que explicita o significado que a intervenção tem para o próprio usuário. A apropriação dos recursos materiais e simbólicos segue uma temporalidade que, muitas vezes, é marcada por experiências liminares, as quais ensejam alternâncias no modo de vida. Para tanto, se faz necessário a disponibilidade permanente destes recursos, além da sensibilidade e prontidão dos agentes de intervenção para captar e recepcionar nesses momentos “especiais” da vivência cotidiana no mundo da rua.

REFERÊNCIAS

- AGIER, M. (2011). *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: NAU/Ed. Terceiro Nome.
- BENJAMIN, W. (1985). *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- CERTEAU, M. (2014). *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 22ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- FIORIN, J. L. (2006). *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- GONÇALVES, M. A. (2012). Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. In: GONÇALVES, M. A.; MARQUES, R.; CARDOSO, V. *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- KOFES, S. (2015) *Vida e Grafias: Narrativas Antropológicas Entre Biografia e Etnografia*. São Paulo: Lamparina.
- SIMMEL, G. (1973. [1903]). A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SCHMITT, J. (1990). A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques, *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes.
- TAYLOR, C. (1997). *As fontes do Self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Ed. Loyola.
- TURNER, V. (1982). *From ritual to theatre: the human seriousness of play*. New York: PAJ Publications.
- _____. (2008) *Dramas, Campos e Metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- VELHO, G. (2013a [1978]) Observando o Familiar. In: *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- _____. (2013b [1994]). Trajetória individual e campo de possibilidades. In: *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- VIVEIROS DE CASTROS, E. (2018). Etnologia Brasileira. In: S. Miceli (org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995) - Volume I: Antropologia* São Paulo: Ed. Sumaré/ANPOCS, pp. 109-223.
- _____. (2018). *Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu editora.
- WHITE, H. (1981). The Value of Narrativity in the Representation of Reality. In: MITCHELL, W. J. T. (org.), *On Narrative*, Chicago: University of Chicago Press.

